O METALÚRGICO

Órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá
Sede Santo André: Rua Gertrudes de Lima, 202 **Fone:** 4993-8999
Sede Mauá: Av. Capitão João, 360 **Fone:** 4555-5500

Metalurgicos.SA.MA (11) 97522-4886
www.metalurgicosantoandre.org.br

Edição 1067 | 27 de novembro de 2019

Centrais defendem devolução da MP 905 para o governo

Pág. 2

Centrais defendem devolução da MP 905 para o governo

As centrais sindicais (CSB, CTB, CUT, Força Sindical, Nova Central e UGT) se reuniram com o presidente do Senado e do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), nesta terça-feira, dia 26, para pedir que o Legislativo devolva ao Executivo a MP 905 que criou o programa Verde e Amarelo e mexeu em vários direitos trabalhistas. "Essa medida é uma loucura. Onde já se viu desempregado financiar novos empregos? Não vamos permitir que se acabem com quase 70 artigos da CLT", afirmou o deputado federal Paulinho da Força, do Solidariedade, em entrevista ao jornal "Estado de S.Paulo".

Desde que o presidente Jair Bolsonaro baixou a MP 905, no dia 11 de novembro, a reação negativa veio de todos os lados. No Congresso, recebeu o recorde de 1.930 emendas. Antes, o recorde era da reforma trabalhista do governo Temer com 697 emendas. Entidades como Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) veem inconstitucionalidade em alguns pontos e argumentam que a matéria não justifica tramitação por meio de MP.

Alguns pontos polêmicos da MP:

Emprego Verde e Amarelo: primeiro emprego aos jovens de 18 a 29 anos, o contrato prevê salário de até 1,5 salário mínimo (R$ 1.497) e bem menos direitos. O patrão não contribui para a Previdência Social; a alíquota do FGTS cai de 8% para 2% e a multa na demissão sem justa causa cai de 40% para 20%. Veja no quadro nesta página que, após dois anos de contrato, o jovem terá perda de mais de R$ 2.150 na rescisão.

Vai sobrar para desempregados: o governo vai taxar os desempregados com 7,5% sobre seguro-desemprego para cobrir o que os patrões vão deixar de recolher à Previdência Social.

PLR: MP retira o sindicato das negociações de PLR e amplia o número máximo de parcelas de duas para quatro, caminhando para transformar a PLR em parcela variável cada vez maior do salário, na avaliação do Diap.

Trabalho aos domingos e feriados: libera o trabalho aos domingos e feriados, sem pagamento em dobro, pago apenas se o trabalhador não folgar ao longo da semana. No setor industrial, o descanso no domingo só é obrigatório a cada sete semanas. Lembrando que este item já foi rejeitado no Congresso Nacional na tramitação da MP de Liberdade Econômica.

Fiscalização afrouxada: mesmo em situações de risco iminente, a fiscalização do trabalho é dificultada. Também retira do sindicato a autoridade para interditar local de trabalho com risco iminente. No primeiro orçamento elaborado pelo governo Bolsonaro, a verba destinada à fiscalização trabalhista teve um corte de mais de 63%, sendo reduzida de R$ 70,4 milhões em 2019 para R$ 26 milhões em 2020. Com afrouxamento da fiscalização, o governo argumenta que vai reduzir o custo de produção, mas corre o risco de ver aumentar as despesas com acidentes no trabalho e doenças ocupacionais, por exemplo.

Insegurança no local de trabalho: revoga mais de uma centena de itens da CLT. Um exemplo que pode comprometer a segurança no ambiente de trabalho: acaba com a necessidade de aprovação prévia da instalação de caldeira e forno. Além disso, elimina o artigo da CLT que diz: "Nenhum estabelecimento poderá iniciar suas atividades sem prévia inspeção e aprovação das respectivas instalações pela autoridade regional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho".

Acidente de percurso: revoga o dispositivo que assegura a equiparação a acidente de trabalho, para os fins de aposentadoria, do acidente sofrido pelo segurado no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela.

Se for rejeitada ou caducar, a MP aumenta insegurança jurídica

O governo precariza cada vez mais as relações trabalhistas e tenta enfraquecer a representação dos trabalhadores com a justificativa de que é preciso destravar a economia e diminuir custo de produção para gerar empregos, além de acabar com a insegurança jurídica. No entanto, a MP 905 aumenta mais ainda essa insegurança, pois mesmo que vá à votação no Congresso dentro do prazo de 120 dias, a MP vai sofrer muitas alterações.

Cícero Firmino (Martinha)
Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá

Adilson Torres (Sapão)
Vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá

De quanto é a perda aos jovens

A partir do salário máximo de R$ 1.497, confira as perdas que os jovens de 18 a 29 anos terão apenas com o FGTS que, pela MP 905, terá alíquota reduzida de 8%, da CLT, para 2% no contrato Verde e Amarelo:

Contrato	FGTS mensal	FGTS 24 meses	Multa
Verde e Amarelo	R$ 30	R$ 719	R$ 144
CLT	R$ 120	R$ 1.874	R$ 1.150

Ou seja, na demissão após 24 meses de trabalho o jovem trabalhador com carteira Verde e Amarela terá perda de R$ 2.161 só com o FGTS.

Foram fechados novos acordos com reajuste de 3%

O Sindicato fechou novos acordos da Campanha Salarial com o Sindratar, Sindimotor, Sindal e Sindfup, com reajuste salarial de 3% em 1º de janeiro de 2010, incluindo aumento real, e 6% de abono especial, pago em duas parcelas de 3% cada, sendo a primeira em 29 de novembro e a segunda em 20 de dezembro de 2019.

As negociações diretas com as empresas, cujos sindicatos patronais não fecharam acordo, prosseguem. Já houve vários acordos com reajuste de 3% a 6%. O Sindicel, o Sianfesp e o Grupo 10 são as entidades patronais que não firmaram acordo setorial.

Principais itens dos acordos

Sindratar

Reajuste salarial
3% em 1º de janeiro de 2020
Teto: R$ 9.320 – fixo de R$ 279,60
Abono de 6% em 2 parcelas
3% em 29 de novembro
3% em 20 de dezembro
Teto: R$ 9.320 – fixo de R$ 279,60
Salário normativo (piso)
Até 100 funcionários: R$ 1.456,44
101 a 350: R$ 1.597,53
+ de 350: R$ 1.859,65

Sindfup

Reajuste salarial
3% em 1º de janeiro de 2020
Abono de 6% em 2 parcelas
3% em 29 de novembro
3% em 20 de dezembro
Salário normativo
Até 20 funcionários: R$ 1.395
+ de 20: R$ 1.491

Sindal

Reajuste salarial
3% em 1º de janeiro de 2020
Teto: R$ 9.110 – fixo de R$ 273,30
Abono de 6% em 2 parcelas
3% em 29 de novembro
3% em 20 de dezembro
Teto: R$ 9.110
Salário normativo
Até 100 funcionários: R$ 1.445
101 a 350: R$ 1.593
+ de 350: R$ 1.829

Sindimotor

Reajuste salarial
3% em 1º de janeiro de 2020
Abono de 6% em 2 parcelas
3% em 29 de novembro
3% em 20 de dezembro
Salário normativo:
Até 100 funcionários: R$ 1.443,56
+ de 100: R$ 1.589,09

| Molas Padroeira |

PLR será paga em parcela única

Diretores Pedro Paulo e Tarzan com os trabalhadores da Molas Padroeira

Os trabalhadores da Molas Padroeira aprovaram a proposta da PLR-2019 e vão receber em parcela única no dia 15 de dezembro, informa o diretor Tarzan. Em assembleia realizada nesta segunda, dia 25, o Sindicato destacou a necessidade de os companheiros se manterem mobilizados, pois mais uma vez o Grupo 10 não negociou o acordo coletivo em total desrespeito com os trabalhadores. O Sindicato já procurou a empresa para abrir as negociações.

| Paranapanema |

Nova reunião é nesta quinta

Nesta quinta-feira, dia 28, o Sindicato se reunirá com a direção da Paranapanema para discutir o dissídio coletivo de 2019, já que, pelo terceiro ano consecutivo, não se firmou acordo com o sindicato patronal.

Os trabalhadores estão ansiosos, uma vez que a data-base é 1° de novembro, e vários outros grupos patronais já assinaram acordo com a Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, representando 53 sindicatos dos metalúrgicos, enquanto o Sindicel, sindicato patronal que representa entre outras empresas a Paranapanema, Hydro e Novelis, mais uma vez não fechou acordo.

Vamos juntos em busca do nosso reajuste e da renovação da convenção coletiva do trabalho.

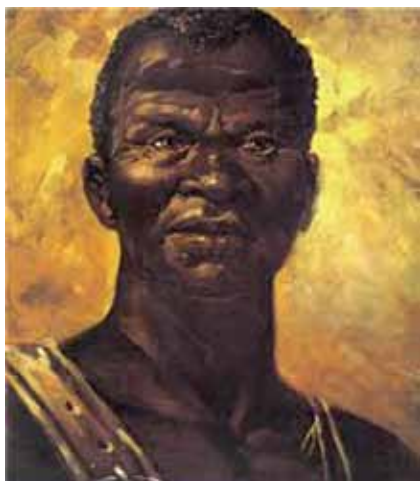
PLR-2019.
Nesta quarta-feira, dia 27, às 8h, haverá a reunião mensal de acompanhamento das metas da PLR-2019.

| Darus |

Após duas rejeições, PLR melhorada é aprovada

Diretor Geovane com os trabalhadores da Darus

Em assembleia realizada no dia 21/11 os trabalhadores da Darus aprovaram a proposta da PLR-2019 após duas rejeições dos valores apresentados pela empresa. O valor aprovado teve um avanço em relação à PLR do ano passado e será pago em parcela única no dia 20 de dezembro, informa o diretor Geovane. O Sindicato destaca a importância de os trabalhadores se sindicalizarem para fortalecer a organização no Chão de Fábrica e avançar nas negociações. Nesta quinta, dia 28, a equipe de sindicalização estará na Darus para conversar com os companheiros ainda não sindicalizados.

Marcha da Consciência Negra pede paz

A 1ª Marcha Zumbi dos Palmares pela Paz, no dia 20 de novembro, fechou as atividades do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá neste mês da Consciência Negra. O evento contou com a presença, entre outros, de Cícero Martinha, presidente do Sindicato; vice-presidente da Associação dos Aposentados e ex-prefeito de Santo André, João Avamileno; Doutora Francisca, da OAB Santo André; Adilson Araújo, presidente nacional da CTB, e José Gomes, do Instituto Afro Brasileiro.

Desaparecido desde o dia 13 de novembro, o menino Lucas Eduardo Martins dos Santos, 14 anos, morador de Santo André, foi lembrado e homenageado pelos participantes durante todo o trajeto da marcha, da sede do Sindicato até a estação de trem. A palavra de ordem era uma só: chega de violência! Violência de qualquer natureza contra pessoas de todas as raças, gêneros, credos e idades.

As atividades do Sindicato começaram com a exposição de fotos e objetos no dia 8 de novembro e prosseguiram com a exposição itinerante em Mauá e em Santo André, respectivamente, no dia 14 de novembro e nos dias 18 e 19 de novembro.

A nossa luta é pela igualdade de oportunidades e por um Brasil mais justo socialmente.

João Avamileno (esq.) ao lado de Cícero Martinha na abertura da marcha

Participantes do evento, em frente ao Sindicato, antes do início da marcha

O que rola nas fábricas

| GPM |

Sindicato cobra reversão de demissão

O Sindicato procurou a GPM nesta terça-feira, dia 26, para tratar do caso de um trabalhador haitiano que foi demitido no dia 22 de novembro por justa causa. Como a empresa negou-se a negociar, o Sindicato vai apresentar uma pauta para discutir a reversão da demissão, além de outras pendências apontadas pelos trabalhadores: fornecimento de EPIs (máscaras e uniformes) e banheiros abertos, pois permanecem trancados e a chave fica com o encarregado, causando constrangimentos, informam os diretores Nei e Léo.

Curtindo a praia. Os trabalhadores da Ferkoda e seus familiares curtiram um dia agradável na Colônia de Férias do Sindicato, em Praia Grande. O diretor Tiririca recebeu o pessoal.

| Esporte |

Confira os Jogos da 35ª rodada do Brasileirão

Qua 27/11 Beira-Rio 19h30

INT X   GOI

Qua 27/11 Arena Condá 19h30

CHA X BOT

Qua 27/11 -Fonte Nova 21h

BAH X CAM

Qua 27/11 Arena Corinthians 21h30

COR X AVA

Qua 27/11 Maracanã 21h30

FLA X CEA

Qua 27/11 Arena da Baixada 21h30

CAP X GRE

Qui 28/11 Maracanã 19h30

FLU X PAL

Qui 28/11 Castelão (Ce) 20h30

FOR X SAN

Qui 28/11 Morumbi 20h30

SAO X VAS

Qui 28/11 Mineirão 21h30

CRU X CSA

O METALÚRGICO

Órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá

Presidente: Cícero Firmino (Martinha) **Diretor responsável:** Manoel do Cavaco **Jornalista responsável:** Marina Takiishi MTb 13.404

Editoração Eletrônica: Neusa Taeko